

O Legado de D. Noca nas Mulheres que Fazem Política: um olhar a partir das relações de gênero

El Legado de D. Noca en las Mujeres que Hacen Política: una mirada a partir de las relaciones de género

The Legacy of D. Noca in Women who Make Politics: a look at gender relations

Maria Mary Ferreira

Resumo: A sub-representação das mulheres é apontada como um dos fatores que incidem sobre o pequeno número de projetos legislados e apresentados pelos executivos para equacionar os problemas afetados por este segmento social, notadamente, a violência doméstica e sexual e projetos que visem alterar a disparidade entre mulheres e homens nas instâncias de representação. Os argumentos apresentados por alguns partidos de que as mulheres não gostam ou não querem fazer política são questionados neste estudo, cujo objetivo é investigar, mapear e articular, através de pesquisa e extensão, estudos e formação capazes de refletirem a situação da sub-representação, na perspectiva de contribuir com o processo de empoderamento de mulheres maranhenses. Neste artigo em questão, apresentamos os resultados da pesquisa realizada em São João dos Patos (MA), conhecido pela forte presença de Dona Noca, primeira prefeita brasileira, que governou este município em 1934. Os dados apresentados demonstram que as mulheres estão alterando os indicadores e enfrentando a sociedade patriarcal ao colocarem seu nome para concorrer a cargos eletivos.

Palavras-chave: Protagonismo Político. Representação Feminina. Política. Dona Noca. Maranhão.

Resumen: La sub-representación de las mujeres son señaladas como uno de los factores que inciden en el pequeño número de proyectos legislados y presentados por los ejecutivos para abordar los problemas afectados por este segmento social, especialmente la violencia doméstica y sexual y los proyectos que apuntan a alterar la disparidad entre mujeres y hombres en las instancias de representación. Los argumentos presentados por algunos partidos de que las mujeres no les gusta o no quieren hacer política son cuestionados en este estudio cuyo objetivo es investigar, mapear y articular a través de investigación y extensión, estudios y formación capaces de reflejar la situación de la sub-representación en la perspectiva de contribuir con el proceso de empoderamiento de mujeres maranhenses. En este artículo, en cuestión, presentamos los resultados de la investigación realizada en São João dos Patos (MA), conocido por la fuerte presencia de Dona Noca, primera prefecta brasileña, que gobernó este municipio en 1934. Los datos presentados demuestran que las mujeres están alterando los indicadores y enfrentando a la sociedad patriarcal al colocar sus nombres para concurrir a cargos electivos.

Palabras clave: Protagonismo Político. Representación Femenina. La Política. Dona Noca. Maranhão.

Abstract: The underrepresentation of women is pointed out as one of the factors that affect the small number of projects legislated and presented by executives to address the problems affected by this social segment, especially domestic and sexual violence and projects that aim to change the disparity between women and men in instances of representation. The arguments presented by some parties that women do not like or do not want to do politics are questioned in this study whose objective is to investigate, map and articulate through research and extension, studies and training capable of reflecting the situation of underrepresentation in the perspective of contributing with the maranhense women's empowerment. In this article, we present the results of the survey carried out in São João dos Patos (MA), known for the strong presence of Dona Noca, the first Brazilian woman mayor, who governed this municipality in 1934. Data shows that women are changing the indicators and confronting the patriarchal society by putting their names to run for elective offices.

Keywords: Political Protagonism. Female Representation. Politics. Dona Noca. Maranhão.

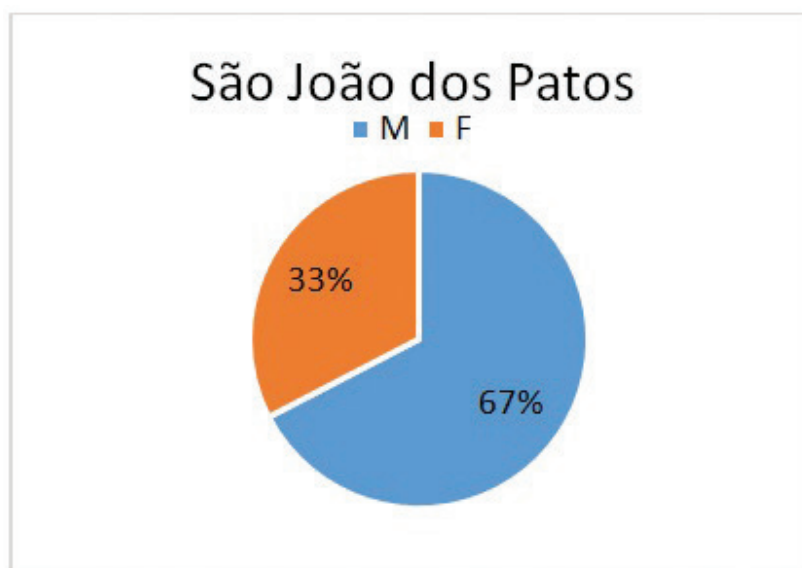
Maria Mary Ferreira – Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Sociologia pela UNESP/FCLAr. Pós-Doutorado na Universidade do Porto/Portugal com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). E-mail: mmulher13@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A sociedade é constituída por grupos sociais que, desde os seus nascimentos, são ensinados a desenvolver papéis socialmente estabelecidos, papéis estes que diferenciam homens e mulheres. Aos homens foram atribuídas características de força, poder e eloquência, enquanto às mulheres eram atribuídas a passividade, o recato e a fala mansa. Em São João dos Patos, entretanto, a história de Joana da Rocha Santos – Dona Noca – foge dos padrões determinados pela sociedade patriarcal. Sua ascendência na política no início do século XX demonstra uma trajetória completamente diferente do que tradicionalmente se constituiu como lugar de mulher.

A presença de D. Noca, mesmo considerando o período em que exerceu seu mandato de prefeita, em 1934, ainda é lembrada e referenciada pelos políticos de São João dos Patos; porém, no atual contexto, o número de mulheres que estão à frente da política é pouco expressivo. Os dados da última eleição demonstram que, neste município, dos 46 candidatos registrados no Tribunal Regional Eleitoral apenas 15 eram do sexo feminino e 31 do sexo masculino, o que corresponde a 33% e 67% respectivamente (Gráfico 1).

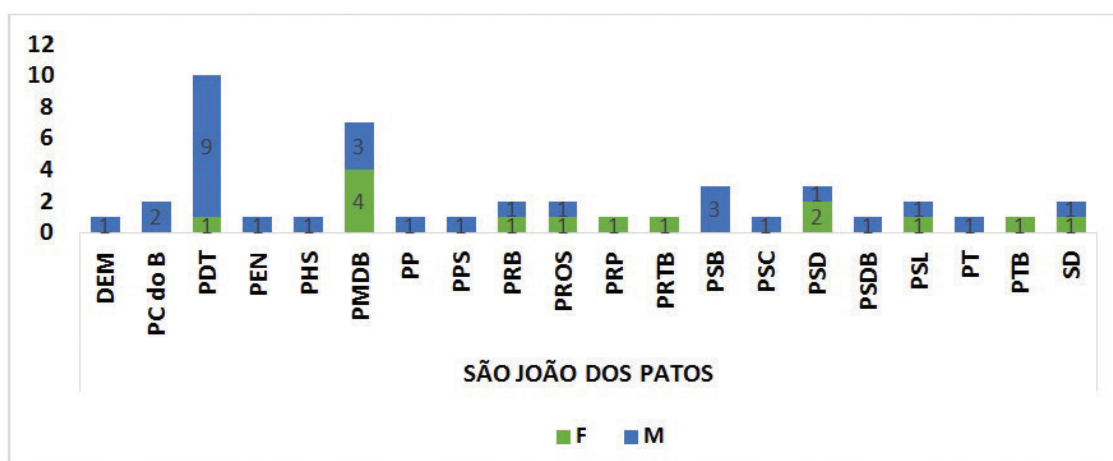
Gráfico 1: Eleição 2016: Nº de Candidatos por Sexo em São João dos Patos



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (2016).

Observamos, a partir do gráfico 2, que o partido que mais lançou mulheres foi o PMDB. Este partido lançou quatro mulheres e três homens, seguido do PSD, que lançou duas mulheres e um homem. Observamos que partidos como o PDT lançaram nove homens e apenas uma mulher, o que expressa o pouco investimento deste partido em candidaturas femininas. Grande parte dos partidos não cumpriram a Lei das Cotas, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Neste pleito, foram eleitas três vereadoras e sete vereadores.

Gráfico 2: Eleição 2016: Candidaturas por Partido em São João dos Patos



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (2016).

Os dados acima citados são reflexo da cultura patriarcal que incide nos indicadores atuais e no baixo percentual de participação feminina na política formal. Tudo isso desvela a sub-representação feminina, que tem afetado sobremaneira a vida das mulheres, isso porque a sub-representação feminina na política contribui para que as políticas e projetos que possam intervir em suas realidades enquanto gênero não tenham ressonância nos espaços de decisão.

Diante disso, neste estudo refletiremos sobre as relações de gênero vivenciada no município de São João dos Patos (MA), o protagonismo das mulheres lideranças dessa cidade e a necessidade de empoderamento das mulheres desse município para o seu exercício político, como forma de transformação da realidade vivenciada por elas.

A título de esclarecimento, enfatizamos que os resultados apresentados neste estudo foram construídos em dois momentos: primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de leitura de textos que discorressem sobre mulher, poder, política e gêneros; além de levantamentos do histórico do município estudado, que possibilitou conhecer alguns dos indicadores que interferem de forma mais direta na vida dos munícipes. No segundo momento, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com as lideranças e a população de São João dos Patos. Foram aplicadas entrevistas com 11 lideranças desse município, com o objetivo de construir um perfil das mulheres. Por fim, foram aplicados 78 questionários com a população de São João dos Patos, buscando, assim, entender a visão da população sobre a política local e sobre o que pensam a respeito da participação políticas das mulheres, bem como saber sobre quais as demandas e políticas os munícipes teriam em relação às mulheres.

Para melhor compreensão, este texto está dividido em sete partes, nas quais apresentamos uma breve caracterização do município iniciado, uma pequena reflexão sobre a biografia e o legado de D. Noca. Os itens seguintes são dedicados a apresentar dados referentes ao que pensam as mulheres indicadas pelos entrevistados com capacidade de construir processos de mudanças e protagonizar ações intervencionistas no município de São João dos Patos. O item final é dedicado a ouvir a população sobre que tipo de projetos as mulheres poderiam legislar visando construir uma sociedade onde as mesmas possam viver com mais liberdade e respeito.

1. Caracterização do Município de São João dos Patos

O município de São João dos Patos localiza-se no sudeste do Maranhão. É banhado pelo rio Parnaíba. Sua cidade-sede está localizada a pouco mais de 30 km das margens do rio Parnaíba, contornada por serras e lagoas. Próximo às lagoas de São João e dos Patos, foram assentadas as fazendas São João e Patos, que deram origem à sede do município e à sua nomenclatura (SANTOS NETO, 2006).

Em meados do século XIX, houve um expressivo crescimento das povoações referentes às fazendas de São João e dos Patos, tornando-as praticamente uma única unidade populacional. Em 1888, São João dos Patos foi considerado, pela Câmara Municipal de Passagem Franca, como o principal povoado passagensense. Com a intenção de obter rendas e regalias para o seu município, a Câmara de Passagem Franca tornou São João dos Patos um distrito, para, logo em seguida, em virtude do rápido crescimento, favorecer a emancipação, fato que vai ser efetivado através do Decreto Estadual de nº 130 de 19 de março de 1892. Desse modo, há exatamente cento e vinte e sete anos foi criado o município de São João dos Patos, emancipado do município de Passagem Franca. Seus primeiros governantes foram Francisco Pereira Sá Sobrinho, um dos líderes do movimento emancipatório e pertencente a uma família que ajudara a fundar e consolidar a cidade de Passagem Franca – Antônio (Tunico) da Rocha Santos e Celso Rocha Santos (SANTOS NETO, 2006).

O município de São João dos Patos possui área territorial de 1.482,661 km², com 24.928 habitantes. Situada na microrregião das Chapadas dos Altos de Itapecuru, faz limite com os municípios de Passagem Franca, Nova Iorque do Maranhão, Pastos Bons, Barão de Grajaú, Paraibano e Sucupira do Riachão (IBGE, 2010; CIDADES-BRASIL, 2016). É um município também conhecido pela qualidade e beleza dos seus bordados, pela qualidade das peças produzidas e por ser a confecção artesanal de bordados uma atividade predominantemente feminina, cuja prática hereditária faz parte da cultura local e contribui para que esta cidade seja reconhecida como a capital dos bordados no Maranhão (SÃO JOÃO, 2017).

2. Dona Noca, uma prefeita que marcou a História do Maranhão (1934-1951)

Em 1929, o até então prefeito de São João dos Patos, Antônio da Rocha Santos (Tunico), foi assassinado, o que abalou a política da cidade; esta situação resultou na emergência ao poder de Joana da Rocha Santos, conhecida como “Dona Noca”, que assumiu a liderança da sua família e de seu município, se tornando, em 1934, prefeita de São João dos Patos. Tal fato tem um grande significado para a história da cidade, isso porque Dona Noca foi a segunda prefeita do Brasil e da América do Sul (SANTOS NETO, 2006).

A influência exercida por D. Noca durante mais de duas décadas foi tema de várias matérias jornalísticas como a da *Revista do Globo* (1951, p.15), que chama a atenção para a importância da prefeita, embora seja denominada de forma pejorativa de “coronela do sertão”.

Durante dezesseis anos ela ocupou o cargo de prefeito na sua terra, São João dos Patos; e foi a primeira mulher a dirigir os negócios municipais numa unidade brasileira. Mas nem por ter deixado a prefeitura D. Noca deixou de governar o município, onde até agora nada se faz sem a sua ordem, autorização ou aprovação, tácitas ou expressas. Sua casa, um vasto casarão [...] é há um tempo prefeitura, delegacia de polícia e tribunal onde são julgadas com um agudo sen-

so de justiça salomônica. É também uma casa de negócios, pois em D. Noca, uma coronela¹ do sertão, a comerciante revela-se à primeira vista.

Nos estudos de Ferreira (2010), a autora faz referência a uma crônica escrita por Raquel de Queiroz, escrita em 1950, a qual revela que a formação dessa líder política foi favorecida pela educação dada pelo seu pai, que a acostumou desde menina a tomar decisões e a fazer escolhas, pois acreditava em “liberdade feminina e igualdade entre os sexos e criou a filha de acordo com o que pensava”. Quando o pai morreu, Dona Noca assumiu os negócios da família, sendo convidada pelo interventor da época a assumir a administração da cidade; o convite foi formulado após D. Noca, então com trinta e dois anos, ter se dirigido até o interventor para reclamar da situação política do município. Ao comentar a administração da prefeita, Queiroz (1950, p.122) enfatizou que:

[...] consertou o errado, e fez o que não se fazia, abriu estradas, limpou a cidade, fomentou a instrução, melhorou as ruas, ergueu prédios. Tão forte é seu prestígio naquela terra, que de 1934 para cá podem mudar as situações políticas do país e do Estado, mas D. Noca não muda. Continua na chefia do município inalteravelmente

Sua presença e importância extrapolam os limites de São João dos Patos, tendo atuado em vários momentos de luta no Maranhão. A presença de Dona Noca na greve de 1951² também é destacada como uma força política contra o vitorinismo, demonstrando que o sertão também se rebelava contra as forças políticas do oligarca que dominava o Maranhão naquele momento histórico:

[...] Mas não era só a capital que era rebelde; lá no sertão também estourou a revolta das Oposições Aliadas lideradas por Joana da Rocha Santos, a “Dona Noca”, em São João dos Patos. Diz a história que sua casa era o quartel general dos revoltosos. Foi preparada uma reação com um deslocamento de tropas, com cerca de 12 mil homens, que iriam rumo a São Luís para derrubar Eugenio Barros. Havia uma senha, que seria o sinal de alerta para estourar a revolta, que era: “Adélia será operada dia 18”. Só que as tropas foram derrotadas pelos PMs, mas Raimundo Bastos, “o comandante Bastos”, do Exército da Libertação não foi preso e a revolta foi reprimida.

¹ O repórter autor da matéria também se encarrega de traduzir o sentido de coronel. “O coronel no sentido brasileiro da palavra, com suas responsabilidades políticas, seu imenso prestígio eleitoral, sua fortuna, suas ameaças, mas sempre capaz de uma finura admirável quando se trata de sugerir ao forasteiro as suas alcandoradas virtudes [...] Conheci a D. Noca prefeita, a mulher de uma consciência cívica incomum, cuja administração em São João dos Patos contém lições relevantes” (GLOBO, 1951, p.17).

² A greve de 1951, no Maranhão, foi um movimento articulado pelas oposições contra a posse do governador Eugênio Barros (PST), ligado a Victorino Freire, “vitorioso” em eleições marcadas por denúncias de fraude. As Oposições Coligadas apresentaram como candidato Saturnino Bello, ex-interventor (1946-7) e ex-vice-governador (1947-50), que rompera com a situação em virtude de sua não indicação como candidato ao governo pelo vitorinismo. Aproveitando-se das dissidências abertas no seio do grupo dominante, as oposições vislumbraram em “Satú” Bello a possibilidade de finalmente alcançarem o governo estadual. Dessa forma, o pano de fundo dos acontecimentos seria “o padrão clássico da política maranhense, qual seja, as disputas intraoligárquicas pelo controle do aparelho estatal para a consecução de seus objetivos públicos e/ou privados” [...] Foi um movimento de grande repercussão nacional e internacional. A greve provocou desabastecimento na cidade devido à escassez da oferta de alimentos, problemas no fornecimento de água e luz elétrica, além de sérios prejuízos a todas as atividades econômicas, abrindo a possibilidade de colapso total. (COSTA, p.4).

Dona Noca foi, sem dúvida, uma mulher que marcou a vida da cidade, tornando-se conhecida em toda a Região; exerceu com parcimônia seu mandato de prefeita e contribuiu para o desenvolvimento da cidade e a melhoria da condição de vida da população. Os comentários de Santos Neto (2006, p. 133) ilustram bem essa assertiva.

Outro fator de peso nesse processo de cidade com mais características de urbanidade na região, sem dúvida nenhuma, é a presença e a concepção político-administrativa da líder Noca da Rocha Santos, sabiamente avançada para o tempo, notadamente seu despreço pelo latifundismo improdutivamente arraigado. Sua paixão e luta por estradas, pela educação, pelo ordenamento urbano, por previdência ajudam explicar a melhor condição urbana dos Patos (anos 50) em relação aos vizinhos.

3. Empoderamento feminino e política

Todos os seres humanos, indiscutivelmente, nascem macho ou fêmea. É através da educação e dos processos de socialização que se tornam mulheres ou homens. Essa definição de feminino e masculino é resultado de papéis socialmente construídos, determinados pelas relações de gênero, que delimitam as atitudes, características e funções que cada indivíduo deve possuir e que vai se reproduzindo na sociedade, naturalizando-as (SAFFIOTI, 1987).

A compreensão da categoria gênero é extremamente importante para compreender os processos de construção da subordinação das mulheres, pois, a partir desta categoria, é possível ter mais clareza de que os papéis sexuais que regem a relação de homens e mulheres não é algo biologicamente inerente ao ser, mas uma construção determinada pelo modelo político, econômico e social de uma comunidade.

O conceito de gênero resulta de uma construção social decorrente da determinação de papéis impingidos aos homens e às mulheres a partir das diferenças sexuais, uma vez que recebem conotações específicas em termo de valores e normas, que moldam a formação dos meninos e das meninas obedecendo a padrões determinados pelos estereótipos que naturalizam o masculino como dominador, provedor, racional e o feminino como emotivo, doce, inseguro. (FERREIRA; 2016, p.58).

A partir desta categoria, é possível perceber como os homens assumem comportamentos de dominadores, fortes, racionais e, portanto, destinados ao mundo público, onde demonstram poder e domínio sobre a fala, a economia, a política, o discurso. O mundo privado, o mundo das mulheres, é caracterizado como local de “dominação” feminina, onde as mulheres exercem o seu papel de mãe, esposa, cumprindo suas “obrigações” domésticas (FERREIRA, 2016). Observamos que, no que se refere a D. Noca, esta fugiu dos padrões estabelecidos e ainda hoje se pode considerar que fez a diferença nesta Região onde atuou.

A presença de D. Noca foi uma exceção, uma vez que a sociedade continua destinando às mulheres o mundo das coisas com menor valor, as coisas invisíveis, razão porque seu reconhecimento como sujeito político ainda se constitui um projeto distante, conforme apontam os dados acima citados e as reflexões de Ferreira (2010, p. 49):

A ausência das mulheres nos espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais. A partir desses espaços, é possível perceber como essas distinções entre o que é ‘permitido’ e o que é ‘negado’, continuam invisíveis e fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper com este ‘destino determinado’ que as exclui de participar da vida pública.

Diante disso, afirma-se a importância de lutar por igualdade de gênero, onde mulheres e homens usufruam de iguais oportunidades para poderem interferir no desenvolvimento dos municípios, como fez D. Noca no início do século XX em São João dos Patos.

4. O perfil das lideranças femininas em São João dos Patos

A luta histórica das mulheres para participar da vida política das nações tem surtido efeito positivo em alguns países. Porém, no Brasil, em comparação com 193 (ONU, 2018) outros países existentes, é inegável que as brasileiras estão sub-representadas. A visão patriarcal de que tais espaços de poder são inatos à atuação dos homens tem, ainda hoje, dificultado a inserção das mulheres para ocupar cargos de liderança. Ter mulheres lideranças nas esferas políticas é um dos primeiros passos para se alcançar uma sociedade mais democrática e igualitária, onde todos possam ver vistos e ouvidos (FERREIRA, 2010; e SOUZA, 2012).

Diante disso, traçamos o perfil das mulheres lideranças do município de São João dos Patos, a partir de pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2018. O objetivo deste perfil é dar visibilidade à presença das mulheres neste município e, em especial, àquelas indicadas como lideranças em sua cidade, bairros e áreas onde atuam. Neste perfil, estão presentes líderes comunitárias, candidatas a cargos eletivos, filiadas a diversas correntes partidárias, mulheres consideradas por suas comunidades como protagonistas de lutas por direitos, moradia, condições de vida melhores para suas comunidades. Vale destacar que não foi possível entrevistar algumas mulheres indicadas, em virtude do tempo ou por estarem fora da Cidade quando da visita da equipe ao município.

Tabela 1 – Perfil das mulheres lideranças de São João dos Patos

Liderança	Idade	Estado Civil	Nº de filhos	Religião	Raça/Etnia
1	54	Divorciada	1	Evangélica	Branca
2	47	Casada	0	Católica	Parda
3	58	Solteira	0	Católica	Branca
4	38	Casada	2	Católica	Parda
5	53	Casada	3	Católica	Parda
6	56	Casada	2	Católica	Negra/Parda

Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

É possível observar que a maioria das mulheres se encontra na faixa etária acima de 50 anos, ou seja, a maioria das mulheres que exerce o papel de liderança política se encontra na fase adulta. Isso demonstra que ainda há uma baixa participação da juventude feminina nos espaços políticos. Esse fato se explica em virtude de ser esta a fase em que as mulheres em geral mais se dedicam à política, conforme estudos de Ferreira (2016) e Costa (1998). É o momento em que já cumpriram com as responsabilidades de educação dos filhos e se sentem mais disponíveis à participação política.

A maioria das lideranças femininas de São João dos Patos são casadas e possuem filhos, e isso explica, também, a inserção tardia nos espaços públicos. As mulheres são consumidas pelas responsabilidades delegadas ao seu gênero: elas são responsáveis por cuidar da casa, dos filhos, dos maridos, trabalhar fora, e, por essa razão, a sua participação política acaba por ser exercida no momento em que diminuem essas responsabilidades, principalmente com os filhos, que nesta fase estão adultos e, conseqüentemente, lhes sobra mais tempo. Porém isso não a isenta de uma dupla jornada, pois agregam aos serviços domésticos a carreira política.

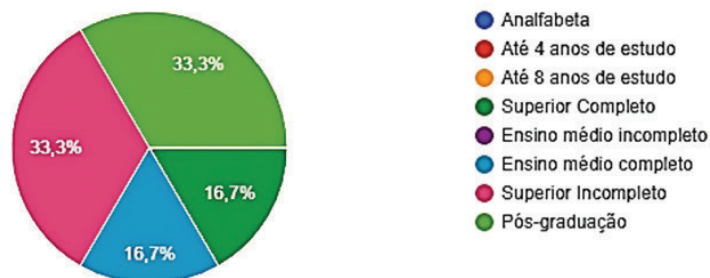
As mulheres entrevistadas, em sua maioria, são de religião católica, e se constitui a religião com maior número de adeptos. Em São dos Patos, observamos uma forte presença das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs que desenvolvem ações sociais de forma sistemática. A contribuição da Igreja Católica neste município é bastante significativa, assim como a inserção das mulheres nos movimentos religiosos; porém, observa-se que, embora as bancadas evangélicas tenham crescido progressivamente, diferentemente das igrejas católicas, nas bancadas evangélicas há um número ainda muito pequeno de mulheres sendo vistas como protagonistas (FERREIRA, 2015).

Em relação à cor/etnia das entrevistadas, a maioria das mulheres se considera parda. Essa situação resulta da história do povo brasileiro, que é marcada por um longo processo de miscigenação que resultou em uma grande parcela da população de cor parda.

Gráfico 3 – Formação Educacional das mulheres lideranças de São João dos Patos

1.6 - Formação educacional

6 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Observou-se que 33,3% das lideranças entrevistadas possuem nível superior completo com pós-graduação e 33,3% estão cursando o nível superior. Isso demonstra que, a exemplo do que vem se constituindo no Brasil nas diferentes regiões do País, as mulheres têm mais tempo de estudo e conhecimento formal que os homens. Esse fato tem sido bastante destacado nos estudos da ciência política, que chamam a atenção para a capacidade das mulheres de pensar problemas das cidades em virtude do tempo dedicado aos estudos, que certamente incide sobre sua capacidade de compreender a realidade vivida pelo seu município, conseguindo identificar os problemas e buscar possíveis soluções (FERREIRA, 2015). No que se refere à filiação partidária, nota-se que 66,7% das entrevistadas são ou já foram filiadas a partidos políticos, porém é necessário o esclarecimento de que o direito de filiação das mulheres é algo que foi conquistado com muita luta e que, no processo de consolidação de sua cidadania com a Constituição de 1988, muitos enfrentamentos tiveram que ocorrer para terem reconhecida sua capacidade de gerenciar e legislar.

É sempre bom recordar que foi na década de 70, com o ressurgimento e pressão dos movimentos feministas, que os partidos foram forçados a reconhecer a relevância do eleitorado feminino e a exigência da filiação de mulheres, tendo em vista que, antes, os partidos eram formados predominantemente por homens e a participação feminina era totalmente vetada (COSTA, 1998), embora, como mencionado, a conquista do voto tenha sido um direito aprovado em 1932. Isso demonstra que as mulheres têm conquistado os seus espaços, de forma gradativa, com muito esforço, mostrando que sua atuação nos espaços de poder também deve ser parte do projeto de democracia que vem sendo delineado no País.

Percebemos que grande parte das entrevistadas que responderam são filiadas a partidos políticos, estão inseridas em partidos de centro, mostrando um certo avanço na luta contra a cultura machista ainda presente nos partidos políticos. Dentre os partidos relatados estão: o Partido Verde (PV), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Democratas (DEM). Porém, ao questioná-las se assumiram algum cargo de representação no Diretório Municipal, 100% das entrevistadas enfatizaram que não. Este dado é um indicador importante para compreender a questão da sub-representação, tendo em vista que os cargos de poder no partido dão visibilidade e também projetam as candidaturas.

Uma das estratégias implementadas pelo Estado brasileiro para superar a sub-representação das mulheres foi a Lei 9.100/95, conhecida popularmente como Lei das Cotas, que possibilitou a efetivação do direito das mulheres em participar da política partidária, além de levantar discussões sobre a participação política das mulheres no Brasil (COSTA, 1998). Ao serem questionadas sobre o seu posicionamento em relação à Lei das Cotas para as mulheres na política, as entrevistadas relataram o seguinte:

“Muito bom, as mulheres precisam de mais espaço” (LIDERANÇA 1).

“Considero que deveria tomar outro modo de conduzir a Lei, não precisa ser assim” (LIDERANÇA 2).

“Eu acho necessária, porque as mulheres conhecem as dificuldades mais que os homens” (LIDERANÇA 3).

“Eu acho extremamente necessária, pela situação excludente que a mulher vive na sociedade; então é uma luta imprescindível. Por nós ocuparmos tantos espaços de trabalho com muitas limitações e preconceito, ao mesmo tempo nós cuidamos da casa, da família; nós ganhamos salários inferiores, têm mulheres que vivem em situações de extrema opressão, violência psicológica e física. Então é extremamente necessária essa política de cotas, para que as mulheres tenham seus direitos garantidos” (LIDERANÇA 4).

“Não concordo. Pois acredito que as mulheres têm condições de lutar e mudar” (LIDERANÇA 5).

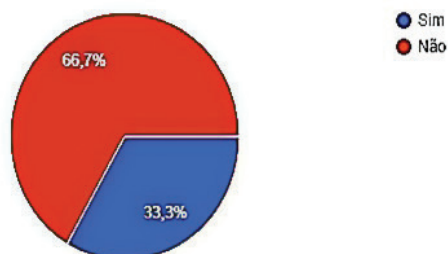
“Concordo, as mulheres melhoram a política. Vejo que a mulher é mais organizada e não se envolve tanto em corrupção” (LIDERANÇA 6).

Observa-se que a maioria das mulheres entrevistadas concorda com a Lei das Cotas, demonstram ser esclarecidas da necessidade dessa lei para a efetivação do direito de participação política das mulheres, além de considerarem que ela facilita a inserção feminina nos partidos. As entrevistadas deixam claro que consideram as mulheres extremamente capazes de exercer as funções políticas com competência.

Gráfico 4: O que os Partidos têm feito para ampliar a participação das mulheres

3.0 - Seu partido tem feito alguma ação para favorecer a participação das mulheres?

6 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Ao serem questionadas sobre as ações de incentivo à participação das mulheres na política desenvolvidas pelos partidos políticos em que são filiadas, 66,7% das entrevistadas responderam que o partido do qual elas participam não desenvolvem nenhum tipo de ação que favorece a participação das mulheres. Isso esclarece que os partidos, por mais que tenham agregado mulheres às suas cotas, ainda não compreenderam a necessidade de desenvolver ações voltadas para as mulheres para que, assim, haja uma transformação social. Em São João dos Patos, as lideranças entrevistadas não fazem parte dos diretórios dos partidos em que estão filiadas, e isso explica em grande parte a falta de ações partidárias que busquem envolver as mulheres, estimulando sua participação. Ou seja, os partidos políticos não criam meios de favorecer a participação das mulheres, o que leva à sub-representação feminina, conforme afirma Costa (1998, p. 196): “Os partidos permanecem sendo estruturas essencialmente masculinas, às quais as mulheres são incorporadas quando a conjuntura assim o exige”.

Ao perguntamos sobre quais ações podem ser desenvolvidas para ampliar a participação política feminina no município, 83,3% das mulheres lideranças apontaram: desenvolver formação política para as mulheres. Estudos publicados que têm abordado esta temática enfatizam a necessidade de os partidos construírem “Programas de capacitação que visem potencializar a participação política das mulheres”, visto que “são essenciais para diminuir o espaço existente entre homens e mulheres em termos de acesso ao poder político” (SOUZA, 2012, p. 191). Isso deixa claro que as mulheres lideranças do município de São João dos Patos têm clareza da necessidade de dar às mulheres o entendimento preciso para uma boa atuação política, e sabem que, para alcançar um cargo de liderança, as mulheres precisam lutar e se qualificar para demonstrar que são capazes tanto quanto os homens; isso advém de um passado histórico que negou às mulheres o direito de serem ouvidas nos espaços públicos de discussão, sendo ocupados exclusivamente por homens. “O homem encontra-se no processo político há muito mais tempo que a mulher. Este espaço é ocupado pelo homem de forma muito mais tranquila” (SOUZA, 2012, p. 184).

Mais do que ocupar um espaço na política, é necessário desenvolver ações que beneficiem as mulheres. É indispensável às mulheres que ocupam cargos eletivos a consciência de que elas, além de representarem toda a população, representam as mulheres. Por serem mulheres, elas compreendem que a todo instante lhes são negados diversos direitos e que, por essa razão, carecem de uma representante que conheça as suas demandas e desenvolva ações para intervir sobre elas.

Questionadas se percebiam alguma diferença na ação e atitude das mulheres que estão na política formal, 66,7% responderam que sim, percebiam diferenças nas ações e atitudes de mulheres que estão na política formal. *“Acho que quando a mulher envereda com convicção na política, ela tem mais garra na luta, mais firmeza na atuação; tem mais propósito, luta mais por aquilo [em] que acredita” (LIDERANÇA 4).*

Eleger mulheres é extremamente relevante para que haja a efetivação da democracia no Brasil, e para permitir tornarem-se democráticos os espaços que ainda carregam as inferências do patriarcado. É necessário ter clareza que são as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, onde são pensadas as políticas públicas, que podem transformar a situação de subalternidade e violência vivenciada pelas mulheres (FERREIRA, 2016).

Frente a isso, perguntamos às entrevistadas se elas nutriam a pretensão de candidatar-se a cargos eletivos. As respostas indicaram que somente 33,3% das entrevistadas pretendem pleitear um cargo eletivo. 66,7% afirmaram que não, não pretendem ser candidatas a um cargo eletivo. O elevado percentual de mulheres lideranças que não pretendem ser candidatas a cargos eletivos é uma realidade preocupante, e demonstra que ainda há muito a ser superado neste município para que as mulheres possam, realmente, conceber os espaços de decisão como um espaço inato a elas. Os dados refletem ainda a falta de política de gênero nos partidos, conforme as próprias entrevistadas indicaram. O interesse das mulheres deve ser despertado através de ações não apenas para o cumprimento da Lei das Cotas, mas para garantir o pleno exercício da democracia. A ausência de mulheres nas Câmaras e em cargos representativos reflete o disfuncionamento da democracia participativa, conforme apontou Chantal Mouffe (1999). Urge, portanto, um reposicionamento dos partidos em São João dos Patos para que as mulheres possam se sentir mais estimuladas a participar.

5. A visão da população de São João dos Patos sobre a presença das mulheres na política.

Neste segundo momento da pesquisa, analisamos a visão da população do município de São João dos Patos sobre a presença das mulheres na política. Foram entrevistadas 78 pessoas, sendo 63 mulheres e 15 homens, moradores da região central do município. A partir dos dados apresentados, é possível traçar pontos para as campanhas das mulheres nas próximas eleições, que, se espera, sejam mais representativas em termos de participação.

Em relação à faixa etária, 24,4% dos entrevistados são pessoas de 20 a 30 anos de idade; 19,2% possuem 41 a 50 anos; 17,9% têm de 31 a 40 anos e 15,4% possuem 51 a 60 anos, o que demonstra uma expressividade da população adulta do município. Diante do questionamento do número de filhos dos entrevistados, 35,1% possuem de 1 a 2 filhos; 23,4% têm de 3 a 4 filhos; 14,3% possuem mais de 5 filhos e 27,3% não têm filhos. A maioria dos entrevistados possui de 1 a 2 filhos, dado que se encontra dentro da realidade brasileira, que vem diminuindo gradativamente o percentual de filhos por família. Outro dado importante é o adiamento dos jovens em terem filhos, uma vez que 27,3% informaram não terem filhos.

No tocante à raça/etnia, 66,2% da população autodeclara-se parda; 13% branca; 11,7% negra; 2,6% amarela e 6,5% não soube se autodeclarar. Os dados gerais apontam que 77,9% são negros e pardos, o que é um reflexo da historicidade do estado do Maranhão, que é constituído majoritariamente por esses grupos étnicos. Em relação à religião, 76,7% declararam ser católicos; 11% protestantes e 12,3% declararam não ter religião.

No que se refere à formação educacional da população, 26,9% cursaram o ensino médio completo, porém, 14,1% não concluíram o ensino médio; 16,7% possuem até 8 anos de estudo; 16,7% têm até 4 anos de estudo e 6,4% são analfabetos. Dentre esses entrevistados, 6,4% possuem

o ensino superior completo e 3,8% fizeram pós-graduação. É perceptível que a média de estudo do município é muito baixa, e a probabilidade de aumento desse percentual não é animador, tendo em vista que somente 9% possuem ou estão cursando o ensino superior. Esse é um dado que deve ser levado em consideração nas campanhas eleitorais, dada a necessidade de elevar os índices de educação no município, haja vista que todo e qualquer desenvolvimento socioeconômico está relacionado com a elevação dos níveis educacionais.

Em relação à renda familiar, houve um certo receio por parte dos entrevistados em responder o questionamento de quanto esta seria, porém, após uma breve explicação de que essa renda seria a soma dos salários de todos os que residiam na casa, eles acabavam por responder. Dos entrevistados, 68,1% responderam que sua renda familiar é de um salário mínimo, e 15,3% recebem dois salários mínimos. Podemos perceber, pelas informações recebidas, que a renda familiar da população de São João dos Patos é baixa, embora saibamos que, neste quesito, muitos tendem a omitir, pois associam renda a salário, e, muitas vezes, não consideram renda outros ganhos que são agregados pelo exercício de atividades que complementam as despesas mensais da família.

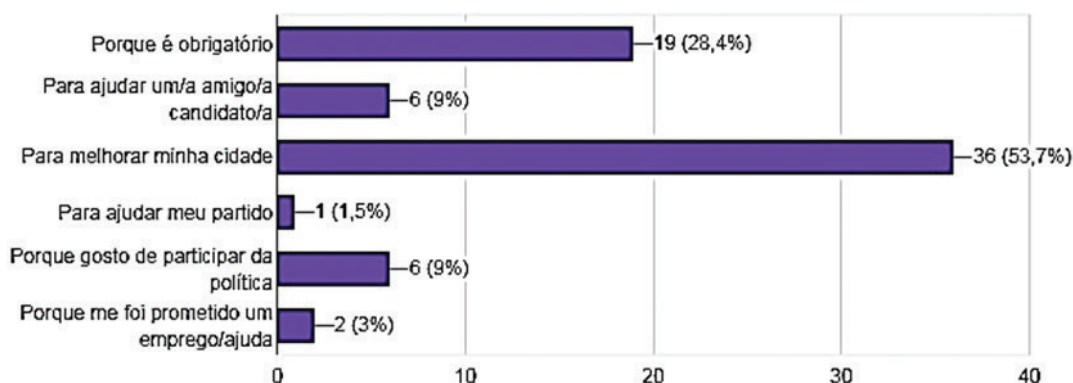
5.1. Como a população percebe a política municipal

No que se refere à visão sobre a política municipal, perguntamos, primeiramente, se o entrevistado havia votado nas últimas eleições para prefeitos e vereadores e quais foram as motivações de seus votos. Observou-se que 83,3% dos entrevistados responderam que sim, votaram nas últimas eleições. Mas, ao questionar sobre a motivação para votar, as respostas trazem pontos para refletir a política local. Vejamos:

Gráfico 5 – Motivação de voto

3.1 Quais os motivos que você votou?

67 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Diante das respostas dadas, 53,7% das pessoas responderam que votaram com a intenção de melhorar a cidade e 28,4% disseram que votaram por obrigação. Isso mostra que há preocupação, por parte da maioria da população, em melhorar a sua cidade, porém ainda há uma parcela grande de pessoas que votam por ser obrigatório. Outro resultado preocupante são os 3% que afirmaram votar pela promessa de emprego ou ajuda. Isso serve como denúncia para a triste realidade de compra de voto que ainda existe no Brasil e no Maranhão. Sobre esse ponto, o Tribunal Regional Eleitoral realizou uma pesquisa em 2014, cujos dados revelam que:

[...] compra e venda de votos ainda é uma realidade no Brasil, uma vez que pelo menos 28% dos entrevistados revelou ter conhecimento ou testemunhado essa prática ilegal. A pesquisa foi realizada pela empresa Checon Pesquisa/Borgli e ouviu quase dois mil eleitores de 18 a 60 anos em sete capitais, incluindo o Distrito Federal, de todas as regiões brasileiras e das classes sociais A, B, C e D. (PESQUISA, 2015, p. 1).

O fenômeno da compra de votos, que durante algum tempo foi encoberto por diversos setores da sociedade, vem sendo denunciado há décadas. Um estudo que se tornou referência sobre o tema é *“Coronelismo, Enxada e Voto”*, de Victor Nunes Leal, censurado pelos militares nos finais dos anos setenta por se tratar de uma obra que refletia as mazelas de um coronelismo que frutificou no Brasil e que, ainda hoje, se faz presente nas oligarquias que se mantêm nos municípios brasileiros e maranhenses a partir da troca de favores. Para Speck (2003, p. 3)

A manipulação das eleições populares foi uma prática comum na transição para os regimes de democracia representativa. Com a conquista dos princípios da soberania popular e do sufrágio universal, o processo eleitoral ganhou um peso sensível na evolução política. Afinal, seria este mecanismo que definiria a distribuição do poder político em regimes representativos, substituindo princípios como a hereditariedade ou a usurpação do poder. Mas, via de regra, as noções da liberdade de escolha, da competição eleitoral e da administração isenta, associadas à noção de eleições, ainda estavam longe de descrever o contexto social e político no qual os processos eleitorais se realizavam. Nas democracias emergentes, as possibilidades de manipulação das eleições populares são múltiplas.

Não tem sido fácil para a sociedade coibir este fenômeno. O exemplo mais concreto foi o esforço empreendido pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas eleições municipais de 1996, a CNBB defendeu na Campanha "Fraternidade e Política" o uso consciente do voto como ferramenta para influenciar os rumos da política brasileira. Embora não tenha conseguido erradicar o problema, entretanto, segundo Speck (2003, p. 3), pode-se considerar como resultado a aprovação da Lei 9.840/99, “que passou a vigorar a partir das eleições municipais de outubro de 2000”. Mas, como se pode observar, mesmo com essa medida, a compra de voto ainda é uma prática permissível no Brasil e em grande parte dos municípios maranhenses.

Em relação à satisfação da população frente ao trabalho exercido pelos governantes, 40,8% afirmam não estarem satisfeitos com o trabalho dos vereadores do seu município e 30,3% declararam não acompanhar. No tocante ao trabalho exercido pela prefeita da cidade, 65,4% responderam não estar satisfeitos, e podemos notar que a quantidade de insatisfação é alta.

É papel do prefeito e prefeita cumprir sua plataforma de campanha. Deve buscar esforços para realizar uma gestão que assegure o desenvolvimento de seu município a partir de serviços públicos de qualidade, que atendam às necessidades da população, e a implementação das políticas públicas de responsabilidade dos municípios” (FERREIRA, 2015, p. 55).

Embora o número de insatisfeitos seja elevado, observamos em nossa visita à cidade que o município tem uma estrutura razoável de órgãos que prestam serviços à população. O número de mulheres em cargos da gestão municipal representa a quase totalidade dos gestores municipais, embora não tenhamos encontrado todos os cargos indicados no portal da Prefeitura:

Tabela 2: Presença das Mulheres na Gestão Municipal

Nº	SECRETARIA	SECRETARIA/O
01	Administração	Thays Marjunny de Sousa Coelho Campos Araújo
02	Agricultura	Domingos Coelho de Sousa
03	Assistência Social	Simone Maria Coelho Vilanova
04	Desporto, Lazer, Cultura e Juventude	Elziane dos Santos Pereira Miranda
05	Obras	José Wlisses Beserra Lima
06	Fazenda	Maria Alice de Sá Lima
07	Políticas para Mulheres	Elizamar Lima Sá
08	Educação	Não identificado
09	Pessoa com Deficiência	Não identificado

Fonte: Portal da Prefeitura de São João dos Patos.

Este é um dos municípios que têm uma Secretaria Municipal da Mulher e uma Secretaria de Políticas para pessoas com deficiência, fato que merece ser considerado, tendo em vista os poucos recursos que recebem os municípios brasileiros. Notamos também o esforço da prefeita em criar um ambiente adequado para o desenvolvimento de políticas para as mulheres com a inauguração de uma nova sede da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Aliás, é importante mencionar que São João dos Patos criou sua Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2006, quando as políticas estava sendo iniciadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.



Inauguração da nova sede da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Fonte: <http://saojoaodospatos.ma.gov.br/prefeita-gilvana-evangelista-inaugura-nova-sede-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres/>

Os eventos organizados pela Secretaria da Mulher denotam a preocupação com a questão da violência e a geração de emprego e renda, conforme visita à Secretaria, onde foi possível verificar os vários cursos realizados para atrair mulheres; porém, não percebemos por parte do poder mu-

nicipal e nem nas ações da Secretaria da Mulher alguma discussão sobre a participação política das mulheres no município (SECRETARIA, 2017).

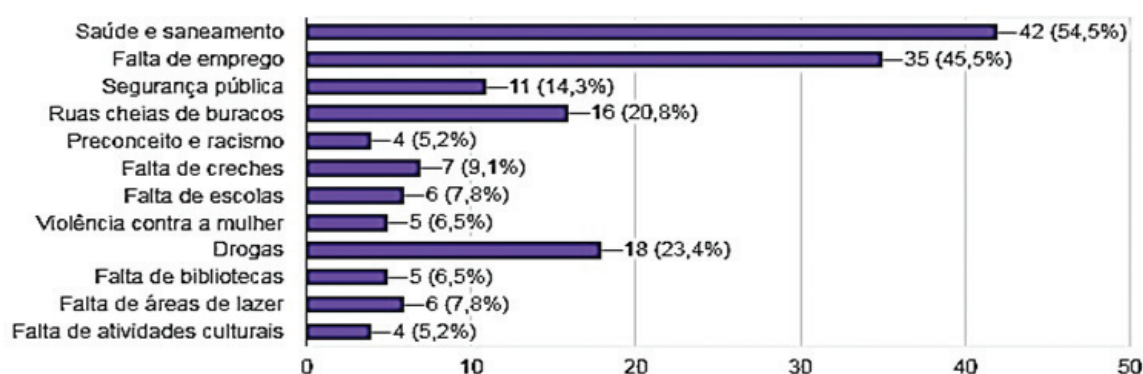
É importante lembrar que o/a prefeito/a exerce um papel importante no gerenciamento dos problemas dos municípios. Sua função é pensar e desenvolver ações que melhorem a cidade e a vida da população. É dever dele/a desenvolver serviços públicos de qualidade, que garantam o direito dos cidadãos e melhore sua realidade. É perceptível, diante das respostas coletadas, que a atuação da atual gestora não tem atendido à necessidade da população e, logo, precisa melhorar as políticas e criar canais de diálogo com a população.

Os vereadores/as possuem quatro funções principais: a função legislativa, a função fiscalizadora, a função de assessoramento ao executivo e a função julgadora. Diante disso, perguntamos aos entrevistados o que seria, na concepção deles, o papel de um/a vereador/a. Muitos não souberam responder e, dentre os que responderam, uma parcela considerável atribuiu esse papel às ações assistencialistas.

Gráfico 6 – Principais problemas enfrentados pelo município

3.7 Dos problemas listados, quais os principais que seu município enfrenta?

77 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Pedimos aos entrevistados que, mediante alguns problemas listados, eles apontassem os principais enfrentados pelo seu município. 54,5% apontaram que os principais problemas são a falta de saúde e saneamento e 45,5% apontaram a falta de emprego. Através das falas dos entrevistados, podemos perceber que a falta de emprego tem afetado uma grande parcela da população, fato que não pode ser considerado apenas relativamente a São João dos Patos, haja vista que a crise do desemprego afeta hoje todas as economias do mundo. Porém, esse problema no município se torna grave em virtude da falta de perspectiva da população e da ausência de uma política mais global para os municípios maranhenses, que possa ser pensada em médio prazo como saída para a crise estrutural. Desse modo, é importante que o governo do Estado amplie o debate com os munícipes para que se possa encontrar caminhos para amenizar o problema.

5.2. A visão da população sobre as mulheres

Por muito tempo, as mulheres foram consideradas seres invisíveis, de natureza sensível e com funções determinadas, ligadas à procriação. Essa visão perdurou por séculos e lhes aprisionou ao

mundo privado. As lutas e resistências das mulheres para saírem da clausura até conquistarem o status de cidadãs foram intensas, mas há muito a ser transformado para que haja a efetivação da democracia do Brasil. Ao rememorarem as lutas femininas por direito e cidadania, Melo e Thome (2018, p. 54) enfatizam que:

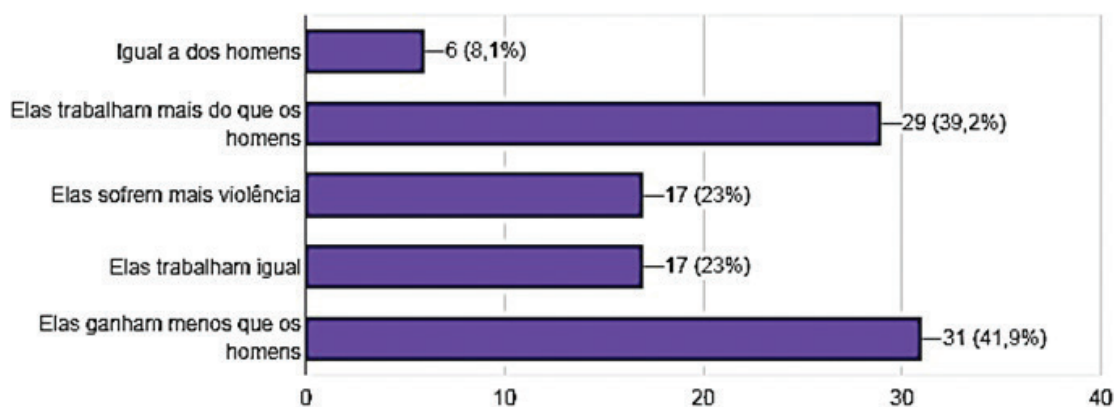
Os escassos registros mostram que as mulheres não estiveram ausentes das inúmeras revoltas que pontuaram a construção do Brasil: Insurreição Pernambucana (1645), expulsão dos holandeses (1654), Inconfidência Mineira (1798), a Balaiada (1838-1841), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845), em todas elas mulheres anônimas lutaram e morreram, mas não foram registradas pela história oficial.

Mas observamos que, em São João dos Patos, a presença de Dona Noca é referenciada e associada como mulher desbravadora e destemida. São oitenta e quatro anos que separam estas entrevistas do período em que este município foi administrado por D. Noca, mas ela continua fazendo parte do imaginário político da cidade. Dentro do contexto da realidade vivida pelas mulheres, questionamos a população entrevistada sobre como eles analisavam a vida das mulheres em seu município: 39,2% afirmaram que as mulheres trabalham mais que os homens e 41,9% responderam que elas ganham menos que os homens. Assim, podemos perceber que, segundo a população, ainda há uma disparidade salarial e as mulheres ainda sofrem por conta da baixa remuneração. O conjunto da população considera que as mulheres trabalham mais e ganham menos que os homens. No Gráfico 7 é possível verificar com mais clareza as respostas.

Gráfico 7 – Análise sobre a vida das mulheres no município

4. Como você analisa a vida das mulheres em seu município?

74 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Com relação à políticas/programas para beneficiar as mulheres, foi questionado se eles conseguiam perceber alguma política implementada no município em benefício das mulheres. 82,9% dos entrevistados responderam que não, não conseguiam perceber nenhuma política. Embora isso seja fato, entretanto, deve ser considerado o esforço do município de manter em funcionamento um organismo que pensa políticas para as mulheres. As respostas, contudo, refletem a necessidade

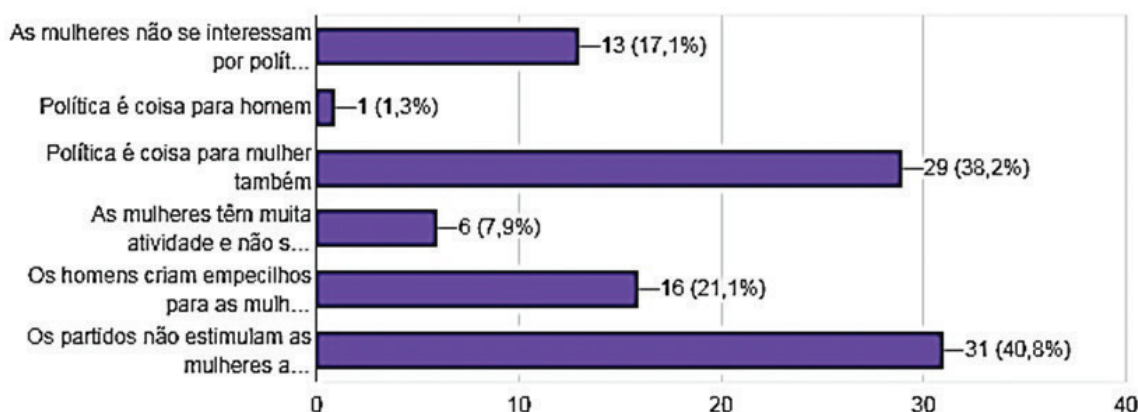
e urgência de fazer com que esse organismo atue mais próximo da população, em especial das mulheres, apresentando seu plano municipal de políticas para as mulheres para que as mesmas possam acompanhar o que será executado pelo município.

O percentual elevado de pessoas que não conseguem visualizar as políticas que estão sendo implementadas denota a pouca efetividade da política para as mulheres em São João dos Patos. O número elevado também revela a ausência de canais de interlocução com a população e, em especial, com as mulheres, no sentido de pensar e desenvolver ações que atendem às necessidades femininas. O fato de o município ser administrado por uma Prefeita coloca a gestão sob holofote, levando a população a questionar: o que está sendo pensado e executado para melhorar a vida das mulheres? Esse tipo de questionamento também cabe para a única vereadora do município: O que tem realizado para pensar projetos que possam melhorar a vida das mulheres? Esses questionamentos contribuem para despertar nas mulheres as responsabilidades com os mandatos, para que possam estar cientes de suas funções e de sua representatividade para atuar em favor das mulheres, trazendo para o cenário da política local as questões que perpassam o universo feminino e as desigualdades que as mantêm, em muitos lugares, confinadas.

Gráfico 8 – Porque as mulheres são poucas na política?

4.4 Na sua visão por que as mulheres são poucas na política?

76 respostas



Fonte: Ferreira. Relatório de Pesquisa, 2019.

Na visão dos entrevistados, as mulheres ainda são poucas na política. Diante de algumas opções listadas, 40,8% declaram que os partidos não estimulam a participação das mulheres e 38,2% afirmaram que política é coisa de mulher também. É perceptível que uma parcela baixa da população entende os espaços de decisões como um espaço pertencente às mulheres e possui clareza de que ainda há, nos partidos, uma resistência em incorporarem as mulheres. Mesmo com a chamada Lei das Costas garantindo a participação feminina nos partidos e o reconhecimento de que a política é um espaço de atuação feminina, ainda há um número baixo de mulheres que atuam na política formal.

Por fim, perguntamos se, hipoteticamente, ele ou ela se candidatasse, quais os projetos que iriam defender no município para atender à população feminina especificamente; neste item em especial, foi aberta possibilidade de mais de uma resposta. Os resultados apontam: 77,6% respon-

deram que defenderiam projetos de geração de emprego e renda e 65,8% responderam que defenderiam projetos para melhorar a saúde. Podemos perceber, por meio desses dados, que os maiores problemas enfrentados, segundo a população, pelas mulheres de São João dos Patos são a falta de emprego e oportunidade e falta de serviços que ofereçam qualidade vida, principalmente no que se refere à saúde para as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber, mediante as questões apresentadas, que, mesmo em meio às muitas conquistas, as mulheres ainda sofrem com as consequências de uma sociedade machista e patriarcal. Em São dos Patos, isso é visível nos partidos políticos que reproduzem práticas de exclusão e pouco fazem para alterar a hegemonia dos homens nos partidos. A política ainda continua majoritariamente masculina.

A sub-representação se apresenta como uma consequência de décadas de um machismo que se enraizou nas relações sociais, sendo as mulheres tolhidas de expressarem as suas ideias e de participarem das decisões, para definir as ações a serem tomadas em suas comunidades.

Percebemos que as mulheres entrevistadas ainda encontram dificuldades para exercerem suas lideranças, tendo em vista que a presença feminina nos partidos ainda é mínima e, mesmo ao participar dos partidos políticos, as mulheres acabam por não ocuparem os cargos mais altos nos diretórios.

Diante disso, há necessidade de elegermos mais mulheres, isso porque a presença feminina como candidatas a cargos eletivos sinaliza que o espaço político também é um espaço de atuação delas, o que incentiva o engajamento político das mulheres em direção à transformação social e à democracia plena. A pesquisa não se propôs a avaliar a gestão da prefeita, mas observa-se que, no segundo ano de seu mandato, o índice de insatisfação com sua gestão é elevado. Desse modo, é importante avaliar sob a ótica de gênero se a prefeita tem cumprido com suas promessas de campanha, se tem efetivado políticas de impacto sobre a vida das mulheres, considerando as demandas apontadas pelas mesmas, de geração de emprego e renda.

Uma preocupação que a pesquisa aponta é sobre o fato de que a maioria das lideranças entrevistadas não manifestaram desejo de se candidatar. Diferentemente dos municípios de São Luís, Duque Bacelar, Turiaçu e Morros, onde também foi desenvolvida a pesquisa, em que a maioria afirmou ter interesse em se candidatar. Este ponto deve ser tema de discussão dos partidos políticos em parceria com a Secretaria de Políticas para as mulheres.

Diante do exposto, vê-se a extrema importância de se desenvolver estudos que discorram sobre a temática da sub-representação feminina, o empoderamento e o protagonismo político feminino. Tais estudos devem balizar as ações das mulheres e tornarem-nas mais efetivas, além de serem um instrumento de superação do machismo, da discriminação e da violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

A Revista do Globo. 1951, p.15

BERTOLIN, Patrícia Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. In: *Caderno Feminino*. Uberlândia. V. 25, n.1. p. 28-52, jan./jun. 2012.

CIDADE-BRASIL. *Município de São João dos Patos*. 6 de Abril de 2016. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-sao-joao-dos-patos.html>>. Acesso em: 7 de agosto de 2018.

COSTA, Ana Alice A. *As donas do poder. Mulher e política na Bahia*. NEIM/ UFBA, Salvador- BA, 1998. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>>. Data de acesso: 05 de junho de 2018.

COSTA, Wagner Cabral da. A Raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão. In: *Sob o signo da morte: decadência, violência, tradição em terras do Maranhão (1945/1970)*. Dissertação de Mestrado História. Universidade de Campinas, 2001. Disponível em: <<https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observamaranhao01.pdf>>

FERREIRA, Maria Mary. *Vereadoras e prefeitas maranhenses: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero*. EDUFMA, São Luís, 2015.

_____. *Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. *Mulheres, relações de gênero e protagonismo político: estudo, formação feminista e informação como estratégia de mudança na sociedade patriarcal: Relatório de Pesquisa*. São Luís: Departamento de Biblioteconomia, 2019. 236p.

FERREIRA, M.M; SÁ DIAS, M.J; PINTO, N. M. A; LEMOS S.T.F. *Direitos iguais para sujeitos de direito: empoderamento de mulheres e combate à violência de doméstica*. EDUFMA, São Luís, 2016.

FRAZER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Da fala do outro ao texto negociado: Discursões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa*. Paidéia, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>>. Acesso em: 06 de julho de 2018.

IBGE, Censo Demográfico, 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 de agosto de 2018.

MELO, Hildete Pereira de; THOME, Débora. *Mulheres e poder: história, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NOLASCO, L. G. *Mulheres na política: entraves e conquistas*. Revista Jurídica UNIGRAN, v. 12, n. 23, 2010. Disponível em: <http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/23/artigos/artigo05.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

PESQUISA revela que compra de votos ainda é realidade no país. *Tribunal Superior Eleitoral*. 2 fev. 2015. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Fevereiro/pesquisa-revela-que-compra-de-votos-ainda-e-realidade-no-pais>. Acesso em 23 mar. 2019.

PORTAL ODM. Acompanhamento municipal dos objetivos de desenvolvimento do milênio: site municipal dos indicadores sociais. 2014. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

PRAUN, Andrea Gonçalves. *Sexualidade, Gênero e suas Relações de poder*. Revista Húmus, nº 1, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302>>. Acesso em: 03 de agosto de 2018.

PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS. 2018. Disponível em: <<http://saojoaodospatos.ma.gov.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

PREFEITA Gilvana Evangelista inaugura nova sede da Secretaria de Políticas para as Mulher. 12 de março de 2019. Disponível em: <<http://saojoaodospatos.ma.gov.br/prefeita-gilvana-e-vangelista-inaugura-nova-sede-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres/>>. Acesso 12 de abril de 2019.

QUEIROZ, Rachel. Dona Noca. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1950, p.122.

RABAY, G; de CARVALHO, M.E.P. *Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta*. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa-PB, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPIERE, Roberto H.; COLLADO, Carlos; LUCIO, Pilar Baptista. *Metodologia da Pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006. 578p.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. *Memória das passagens: (da Franca, dos Aranhins, da Manga, do Tuy, dos Picos, da Madre Deus, dos Patos, das Queimadas, do Tremedal e dos Pastos Bons) – Teresina: EDUFPI, 2006.*

SÃO JOÃO dos Patos foi o primeiro município maranhense a ter uma Prefeita. *Codó Notícias*. 16. Ou. 2017. Disponível em: <<https://www.codonoticias.com.br/2017/10/sao-joao-dos-patos-foi-o-primeiro-municipio-maranhense-a-ter-uma-prefeita/>>. Acesso: 30 fev. 2019.

SECRETARIA de Políticas para Mulheres realiza Roda de Conversa. *Portal da Prefeitura*. 5 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://saojoaodospatos.ma.gov.br/secretaria-de-politicas-para-mulheres-realiza-roda-de-conversa/>>.

SILVA, Francisca Sodrê. *As mulheres no mercado de trabalho na cidade de Turiaçu –MA*. Faculdade Evangélica do Meio Norte, Coroatá - MA, 2017.

SOUZA, Sílvia Rita. *A mulher nos espaços de poder político*. Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, 2012. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/11291-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 28 de julho de 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos – uma aproximação empírica. *Opin. Publica*. Campinas. v.9 n.1 maio, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100006>.